

# **Itabira - Vulnerabilidade Ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana\***

Maria das Graças Souza e Silva  
FUNCESI/FACHI

Maria do Rosário Guimarães de Souza  
FUNCESI/FACHI

Palavras-chave: impacto, risco socioambiental, mineração, espaço urbano.

## **1 – Introdução**

Itabira, uma cidade mineradora desde sua origem, sedia a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma moderna indústria extrativa mineral, que se dedica à exploração/exportação de minério de ferro. As jazidas minerais localizam-se no entorno ou imbricadas no sítio urbano. A partir da instalação da CVRD (1942), a cidade torna-se o espaço da monoindústria, quando essa empresa passa a predominar na economia e a influenciar os demais aspectos da vida local. Diferentemente de outras cidades monoindustriais, não é a cidade que se constrói no entorno das minas e instalações industriais. É a indústria extrativa que se instala junto ao sítio urbano e se expande, destruindo e transformando o espaço urbano que a precedeu de acordo com suas necessidades e interesses. E hoje, o urbano de Itabira, usando a expressão de Lefebvre (1999:50), “revela o industrial, que aparece como hierarquia reforçada para uma refinada exploração”.

Nos anos setenta e oitenta, ocorre a expansão da exploração mineral na cidade, com efeitos econômicos e socioespaciais significativos. Na mesma época, aumentam os problemas ambientais em decorrência do processo minerário, da ampliação das áreas de mineração e da expansão urbana.

O processo de extração mineral, a céu aberto, numa extensão de cerca de 15 km

---

\* Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

no sentido norte-sudoeste, feito em bancadas de cerca de 10 a 15m, movimentando grande volume de solo “estéril”<sup>1</sup> e de minério fino. Maior uso de explosivos nas minas provocam ruído, abalos nas construções e aspersão de poeira sobre a cidade. Pilhas de minério fino ficam sujeitas à ação de intempéries da natureza, levando resíduos minerais para os vales e bacias sedimentares ou provocam intensa emissão de particulados na atmosfera da cidade decorrentes da ação do vento sobre as pilhas de minério. Também, a água usada no processo de beneficiamento de minério e aquelas das chuvas precipitadas nas minas carregam rejeitos que se depositam a jusante dessas, formando imensas áreas assoreadas, muitas vezes localizadas próximas a bairros, como o Bela Vista.

A destruição da cobertura vegetal nas áreas de mineração deixa o solo e as rochas expostas à mercê dos processos erosivos, tanto pela ação do vento e da chuva, como pela do sol e do calor.

Para conter os rejeitos, a CVRD constrói “barragens de contenção” ao redor das minas e do sítio urbano que, assoreiam, destroem estradas, vales, solos agricultáveis, áreas rurais e urbanas. Tais barragens recebem não somente rejeitos da mineração e pequena quantidade de ouro, como também, resíduos dos produtos químicos usados no processo de lavagem e beneficiamento do minério além de eventuais despejos de esgoto doméstico como no caso da Barragem do Pontal. O espaço urbano fica, portanto, sujeito aos efeitos externos do uso de explosivos nas minas, intenso processo de poluição aérea, hídrica e do solo.

Em 1972, as reclamações da população atingida pelos efeitos externos do processo de beneficiamento do itabirito, na mina do Cauê, sobre a barragem do Pontal e, em decorrência, sobre os moradores dos bairros próximos a ela, levam a CVRD a firmar convênio com o Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, para execução de um projeto de monitoramento e estudos para a implantação de saneamento básico nessa barragem.<sup>2</sup> Esses estudos registram, ali, a presença de vetores de esquistossomose e proliferação de pernilongos, principalmente no verão, fato que incomoda sobremaneira os moradores dos bairros - Bela Vista e Campestre. Tudo isso evidencia a situação de impacto e risco ambiental existente em Itabira.

---

<sup>1</sup>Nome dado aos solos retirados sobre as rochas, no processo minerário.

<sup>2</sup> ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 30 set. 1992, p. 6, Encarte Especial.

Torres (2000:53-69) considera como risco “a probabilidade de determinados indivíduos ou grupos serem ameaçados por fenômenos específicos.” Segundo a legislação brasileira, resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), “a categoria impacto ambiental deve ser identificada como fonte primária de degradação ambiental.” “Impacto é qualquer alteração favorável ou desfavorável, produzida por um produto, processo, ação ou atividade” Bolea & Estevan (1984) apud Brilhante & Caldas (1999:33). Para o CONAMA, “impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”( Brilhante & Caldas, 1999:33).

Nos espaços urbanos, as fontes de degradação são diversas porque muitos dos problemas ambientais relacionam-se às fontes difusas (automóveis, esgotos clandestinos e outros). A existência dessas fontes difusas, no caso das aglomerações urbanas, torna o problema mais complexo.

## **2 – A questão ambiental em Itabira: vulnerabilidade, impacto e risco ambiental**

Itabira e a sociedade itabirana se encontram numa situação de vulnerabilidade ambiental pela expansão crescente das áreas de mineração em direção ao sítio urbano. A fala deste geólogo evidencia essa situação:

*“O que não se justifica é uma cidade do porte da velha Itabira do Mato Dentro ser transformada, em tão pouco tempo, em fóssil vivo, vítima da famigerada sanha capitalista (vista do alto, Itabira mais parece uma série de “minas” a céu aberto, com algumas casas dentro). Este câncer que atingiu a nossa cidade vai deixar três enormes crateras na superfície de suas terras, as águas podres e ácidas, o clima aleatório e fético, e alguns milhares de indivíduos tentando reviver o que*

*poderíamos chamar de “Prostituta do Capitalismo Selvagem”*  
(Gonçalves, 1980 ).<sup>3</sup>

A questão ambiental, em Itabira, tomou proporções alarmantes pela degradação da paisagem, poluição de toda ordem decorrentes do modelo de desenvolvimento baseado na atividade extrativa mineral, por cerca de sessenta anos, envolvendo questões tanto relativas ao quadro natural, quanto aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Os impactos da exploração mineral, a céu aberto, localizada junto a um sítio urbano com alta densidade demográfica (população 98 221 hab. 78,17hab/km<sup>2</sup> (2000) em Itabira), são às vezes inevitáveis. À medida que as áreas de mineração expandem-se, aumentam-se os problemas ambientais. A poluição visual causada pela descaracterização da paisagem toma proporções alarmantes e tornam o ambiente inóspito, incorporando a imagem do novo perfil topográfico das serras descaracterizadas. No entanto, no imaginário do itabirano estão presentes, o pico do Cauê e a Serra da Conceição, símbolos do patrimônio natural da cidade e destruídos pela mineração.

*“Cada um de nós tem seu pedaço do pico do Cauê  
Na cidade toda de ferro”* (Andrade: 1992:11).

*“O Pico do Cauê já não se alteia  
Mas no coração da gente ele resiste”* (Andrade:1967).

Os taludes e as cavas resultantes do processo de extração mineral tornam a paisagem triste, agressiva e ameaçadora para os itabiranos. O resultado da destruição é a formação do que comumente se chama de “paisagem lunar”. Algumas cavas servem de local de deposição de rejeito e futuramente não se sabe como serão utilizadas. Os vales a jusante da mineração estão assoreados, tornando-os impróprios para agricultura. Outra profunda intervenção na paisagem está associada aos depósitos de estéril sujeitos a ação das intempéries. Os abalos causados pela detonação de explosivos nas proximidades dos bairros residenciais ameaçam a estrutura das casas e o sossego dos moradores, sobretudo na vila Paciência, Pará e Campestre. Hoje, alguns bairros estão a menos de

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, Fernando Duarte. *O Cometa Itabirano*, Itabira, nº 9.

cem metros de distância das minas tornando a população cada vez mais vulnerável aos efeitos externos da mineração.

O problema ambiental em Itabira se agrava porque são alterados, com o processo minerário, não apenas os elementos do meio biótico e social, mas também a própria paisagem da cidade. Essas alterações assumem um caráter de irreversibilidade e de situação de risco para a população itabirana. Daí se afirmar que a sociedade de Itabira configura-se como uma “sociedade de risco”. “O conceito de sociedade de risco busca designar um estágio da modernidade no qual as ameaças produzidas pelo ritmo da sociedade industrial passam a predominar” (Beck, apud Torres (2000:58). Para Beck, apud Torres, (2000:59), “a crescente importância da questão ambiental é em si mesma, uma evidência da emergência da questão dos riscos como problema central das sociedades contemporâneas”.

A degradação ambiental na cidade faz-se presente desde o início da exploração mineral pela CVRD. Porém, naquela época, não havia a preocupação de conciliar atividade econômica com qualidade ambiental. Em geral, a natureza foi encarada pelas mineradoras como fonte de recursos inesgotáveis. Portanto, não havia a menor preocupação quanto à exploração predatória e quanto aos efeitos dessa forma de encarar a natureza para o patrimônio natural e para as populações das regiões impactadas pela exploração mineral. A população das áreas de mineração, como a itabirana, muitas vezes se sente como “anões” frente ao gigantismo das mineradoras e sem forças para enfrenta-las.

Os movimentos ambientalistas iniciados nos anos setenta na Europa<sup>4</sup>, e que tomam corpo em todo o mundo também têm ressonância em Itabira: alguns grupos locais começam a se mobilizar para cobrar da mineradora medidas de proteção ambiental, concretas e eficazes, dado o agravamento das questões ambientais que, por

---

<sup>4</sup> Clube de Roma: entidade formada por intelectuais e empresários, que eram militantes ecologistas. Produziu os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental, que foram apresentados em 1972-1974, e que relacionavam quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade: o controle do crescimento populacional, o controle do crescimento industrial, a insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais. Relatório Brundtland: documento em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio ambiente e o Desenvolvimento, presidida pela sra. Gro Harlem Brundtland, 1ª ministra da Noruega, denominado “Nosso futuro comum”, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental. Nesse documento foi apresentada a definição oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável e os métodos para enfrentar a crise pelo qual o mundo passava.

mais de quarenta anos, afligem a população. Não havia antes a consciência da finitude dos recursos naturais e dos efeitos nocivos de seu uso indiscriminado. Nos primeiros momentos de exploração mineral, a população itabirana, como a de outros lugares, também não tinha consciência ambiental para reivindicar uma política de gestão dos recursos naturais em harmonia com o meio ambiente.

Somente na década de oitenta, quarenta anos após o início de funcionamento da CVRD na cidade, é que começa a ficar evidente para: alguns segmentos da sociedade civil organizada, órgãos de imprensa, professores da faculdade, dirigentes da igreja, sindicatos e associações de bairro e outras entidades locais, a ameaça constante a que todos estavam sujeitos: a situação de impacto, risco ambiental, isto é, vulnerabilidade ambiental.

Um evento que serviu de alavanca para a conscientização da população sobre essa questão foi o encontro de Cidades Mineradoras (1984) na cidade, para onde afluíram pessoas das mais diversas formações e de todas as áreas mineradoras do país. Cria-se um espaço de discussões e debates sobre o papel e a atuação das mineradoras nas áreas de sua atuação e os efeitos de suas relações com os municípios onde estão inseridas e com o meio ambiente.

Após esse encontro, cria-se na cidade o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), fórum de estudos, levantamentos das reais condições ambientais do município e tomada de atitudes frente a essas questões.

Na CVRD, a prioridade quase sempre foi apenas o aspecto econômico, desconsiderando-se o bem estar geral da população, o patrimônio ambiental da cidade – tanto aquele natural como o historicamente construído – apesar de ela propagar, em publicações e discursos, a preocupação com a região e as populações da sua área de abrangência. Esse fato resulta em um passivo ambiental da Vale<sup>5</sup> para com Itabira.

Também, é somente nos anos oitenta que a CVRD começa a implantar programas de controle ambiental em suas minas, em Itabira. Deve-se isso ao planejamento da exploração mineral em Carajás e a criação das Comissões Internas de Meio Ambiente (CIMAs), em 1980.

---

<sup>5</sup>Vale: nome popular da CVRD.

Em 1986 e 1992, são ajuizadas duas ações civis públicas contra a CVRD, por poluição atmosférica, degradação do meio ambiente e danos paisagísticos à cidade. Essas ações foram acatadas pelo Ministério Público que considerou a CVRD responsável pelo exercício da atividade mineradora na interface do sítio urbano, há anos, interferindo no patrimônio paisagístico pertencente à população de Itabira e na qualidade do ar. Isso em decorrência da não implantação de qualquer ação de preservação ambiental ou mesmo de medidas para minimizar os efeitos nocivos gerados pela atividade mineraria nas montanhas ao redor do espaço construído da cidade. Essas ações deram visibilidade à problemática ambiental na cidade e resultaram em audiência pública e no Seminário do Acordo<sup>6</sup> entre CVRD e Ministério Público, em que a empresa comprometeu-se a cumprir as cláusulas estabelecidas no acordo, sob pena de multas ou, em caso extremo, de paralisação da atividade extrativa mineral no município.

A instauração das ações civis e as audiências públicas também contribuíram para que a mineradora tomasse algumas providências no sentido de minimizar os efeitos negativos do processo minerário. Em resposta aos questionamentos de alguns atores sociais e, pressionada por organismos internacionais como Banco Mundial e órgãos de defesa do meio ambiente como o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM), a CVRD organiza e implanta a Divisão de Meio Ambiente, com a incumbência de gerenciar as questões relativas à poluição e à degradação ambiental. Suas ações, porém, não trazem resultados esperados pela população.

Nos dias de atuais, a população é consciente dos impactos ambientais gerados pela mineração e se mantém alerta para denunciar e cobrar medidas preventivas e reparadoras por parte da CVRD. Hoje é a questão ambiental que mais tem o poder de mobilizar a população, órgãos de imprensa, sindicalistas, estudantes e moradores. Os slogans das manifestações contra a poluição na cidade são contundentes, como se pode ver no impresso, em adesivos, chapéus e máscara para o nariz distribuídos para os manifestantes presentes a uma manifestação pública promovida, em 2000, por uma rádio local:

---

<sup>6</sup> Seminário realizado em Itabira, em 1993, ocasião em que foi celebrado o Acordo entre CVRD e Ministério Público para o cumprimento das leis ambientais e re ambientais em Itabira. Estiveram presente representantes de órgãos de defesa do meio ambiente, da prefeitura e da câmara municipal, da sociedade civil, dentre outros.

## “ASSIM NÃO VALE, VALE. EU QUERO RESPIRAR!”

Esse desabafo está presente, constantemente, sob outras formas, na fala e na indignação das pessoas atingidas constantemente pela poeira proveniente das minas no entorno da cidade.

Além disso, a população questiona o marketing da mineradora, feito no intuito de mostrar suas realizações quanto ao controle dos diversos tipos de poluição e seus efeitos em relação ao meio ambiente da cidade. O gerenciamento ambiental revela, de fato, aspectos contraditórios entre o discurso e a prática da Vale. Ao mesmo tempo em que é a maior poluidora, a empresa chama a sociedade para melhorar as condições ambientais, na cidade. Em entrevista realizada com atores sociais locais fica clara essa contradição.

Para eles, há muito que se fazer no tratamento da problemática ambiental, tanto pela mineradora quanto pelo poder público municipal e sociedade. É preciso que o discurso se transforme em ações concretas, de maneira tal que os problemas relativos ao meio ambiente sejam solucionados ou minimizados a fim de beneficiar o espaço urbano e, em decorrência, a população itabirana.

*“Precisamos estar integrados - a prefeitura, comunidade e Vale para resolver isso melhor e sem desgaste. [...] não é reivindicar obra, e sim, reivindicar ações que resolvam ou pelo menos minimizem os problemas ambientais da cidade”* (prefeito).

É consenso entre os atores sociais que a situação ambiental atual só tomou as proporções alarmantes devido ao modelo de gestão adotado pela mineradora e à passividade da sociedade itabirana e do poder público no que diz respeito ao meio ambiente. *“Há degradação ambiental advinda da mineração que é naturalmente degradante. Essa degradação ficou durante anos a mercê (sic) da Vale”* (jornalista).

Todos os entrevistados são unânimes em reconhecer o problema ambiental na cidade e em afirmar que, somente por meio de mobilização social e conhecimento acerca da problemática ambiental do município, é que se conseguirá reverter o estado crítico em que se encontra o ambiente da cidade. É o que se constata nos depoimentos a seguir:

*“Hoje, a consciência ambiental é maior. Antes, ela não existia até mesmo na Vale. Itabira paga muito caro por isso. Temos uma mina dentro da cidade, não foi a cidade dentro da mina. Quando a mina veio, a cidade já estava aqui”* (deputado).

*“A mineração é importante, existe o problema ambiental. Não há como fazer omelete sem quebrar os ovos. Não há como minerar sem fazer poeira. Como minerar com a cidade tão perto? A cidade se desenvolveu dentro da mina”* (representante da FVRD).

*A questão ambiental é seriíssima. É um ponto crítico em Itabira. [...] a questão da água. Estamos no limite da produção/consumo. A Vale tem culpa muito grande, porque ela destruiu os mananciais, abaixou o lençol freático”* (prefeito).

*A cidade vive debaixo da poeira da Vale. Há também degradação ambiental advinda da mineração que é naturalmente degradante. Essa degradação ficou anos a mercê da Vale. Agora, há possibilidade da comunidade fiscalizar mais as ações da Vale”* (jornalista).

Na realidade, as ações contra a CVRD e as audiências públicas trazem para a sociedade itabirana a chance de discutir e de conscientizar-se das condições de impacto e risco a que está sujeita. Esses processos desencadeiam diversos debates e discussões sobre várias outras formas de poluição existentes em Itabira como poluição sonora de bares e carros volantes de som, poluição visual, poluição social, dentre outras.

Vários moradores solicitaram da promotoria, em 1999, instauração de ação civil pública, no sentido de acabar com a poluição provocada por veículos com som volante em volume abusivo nas ruas. Esse tipo de poluição traz irritação, desconforto e problemas de saúde.

O problema da água é sério e já vem sendo discutido entre a sociedade e a CVRD desde a década de oitenta, pois a água subterrânea nas áreas de mineração é empecilho para o processo minerário. Por isso, há necessidade de rebaixar o lençol freático cada vez que a mineração o atinge, o que compromete as nascentes existentes

nas minas e, conseqüentemente, o abastecimento de água para a população. Os produtos usados no processo de lavagem de minério e jogados a jusante das minas poluem os córregos e o solo, inviabilizando o aproveitamento desses. Um grande desafio para o município, hoje, é, portanto, o abastecimento de água.

Em 2000, durante a realização de uma audiência pública para votação das condicionantes a serem estabelecidas pelo Conselho de Política Ambiental de Minas gerais (COPAM) para concessão de licenciamento à CVRD para continuar minerar na cidade, a população e autoridades locais presentes manifestam de maneira contundente e fazem desabafos nervosos contra a CVRD. Assim se expressam<sup>7</sup>:

*“Itabira é um monte de velhos e jovens com variados problemas de saúde”.*

*“Será que a vale está mentindo para a gente todos esses anos? Está mentindo sim. Está mentindo para a comunidade”.*

*O manancial do Rio do Peixe está poluído pela usina da Conceição; o da lagoa do Pontal, também; o Cambucal, poluído com o assoreamento provocado pelos resíduos. O que foi feito desses rios? Além disso, há pessoas acidentadas por pedras decorrentes de explosões; casas foram trincadas... essa é nossa realidade.*

Esses são gritos que ficaram por muito tempo abafado na garganta de muitos , trabalhadores e moradores de Itabira, pelo poder imobilizador da grande empresa mineradora.

Uma das condicionantes aprovadas, prevê a elaboração do plano diretor de águas para o aproveitamento das possibilidades existentes. Percebe-se que, na verdade, o objetivo da CVRD em cumprir essa condicionante é conseguir licença para construir novos postos artesanais para bombear a água das minas.

*“A Vale nunca teve preocupação com o meio ambiente. Hoje ela preocupa-se com a água porque ela precisa mais da água do que a comunidade, antes os restos da mineração eram jogados*

---

<sup>7</sup>As falas citadas foram retiradas do jornal: O Cometa Itabirano. Itabira, p.2, maio 2000 ; p. 5, jul. 2000.

*nos rios, córregos. Quando ela precisou da água ela começou a fazer barragens e até de certa maneira tapeando a comunidade, porque quem viu Itabiruçu desde sua inauguração... lá era uma área de rejeitos, jogavam rejeitos na vazante das águas. Ela fez foi um marketing político com aquela área. Enquanto aquilo foi interessante para ela , ela a manteve, não interessava mais, ela acabou com ele” (morador).*

A quantidade de partículas em suspensão na atmosfera é fator de risco para a população constantemente em contato com a poeira, coloca em risco a saúde e o bem estar das pessoas, pois provoca doenças alérgicas, respiratórias e incômodos vários. Os ventos de noroeste, predominantes na cidade, em todos os meses do ano e mais intensos nos meses de julho e agosto, contribuem para a dispersão das partículas de minério sobre o sítio urbano. A CVRD implantou medidas mitigadoras no sentido de diminuir a emissão de partículas na atmosfera como aspersão das minas e vagões com polímero, aspersão de águas nas estradas das minas e revegetação das áreas mineradas. Implantou-se cinturão verde em torno de algumas minas e faz-se hidrossemeadura nos taludes e barrancos das áreas mineradas. É feito monitoramento da quantidade de partículas em suspensão no espaço urbano, porém a maioria dos entrevistados não confia nos resultados divulgados pela CVRD.

Estudos do centro regional de saúde realizados na cidade indicam as doenças respiratórias como sendo a terceira causa morte, no ano de 1998, e também causa de muitos atendimentos médicos e hospitalares, principalmente de idosos e crianças. Estudo realizado, em Itabira, por Werneck (1994) com 5 504 crianças e adolescentes em idade escolar, também constata a significativa incidência de rinites, bronquites asmáticas, sinusites e outras doenças alérgicas entre eles. O questionamento do prefeito, a seguir, é uma demonstração da angústia dos itabiranos frente aos efeitos da poluição atmosférica em Itabira.

*“Qual é a ação da Vale que vai resolver os problemas respiratórios que atingem a população? Eles são altos e foram comprovados. Itabira possui uma média acima do normal”* (prefeito).

O som das grandes máquinas e equipamentos industriais é percebido pela população como perturbador. Ela se sente impotente frente à sua amplitude. As explosões, provenientes do processo de detonagem de explosivos nas minas, abalam as estruturas das edificações e causam medo nas pessoas impactadas por elas. Também a passagem da ferrovia, dentro de vários bairros, causa poluição sonora, atmosférica (partículas que se soltam das pilhas de minério dos vagões) e medo nos moradores das áreas no entorno da linha férrea. Vários acidentes com mortes foram registrados como consequência desse fato. A magnitude da composição da EFVM, cortando a cidade lado a lado, traz sentimento de impotência e revolta no itabirano que, além de sofrer os efeitos negativos do barulho, trepidação e poeira, vê suas riquezas irem embora, ficando o sentimento de perda. Como o que se vê expresso nos versos de Drummond e de um compositor itabirano:

*O maior trem do mundo*

*O maior trem do mundo / Leva minha terra/para Alemanha /  
leva a minha terra / para o Canadá/leva a minha terra / para o  
Japão.*

*O maior trem do mundo / puxado por cinco locomotivas à óleo  
diesel / engatadas geminadas desembestadas / leva o meu  
tempo, minha infância, minha vida / triturada em 163 vagões de  
minero e destruição.*

*O maior trem do mundo / transporta a coisa mínima do mundo /  
meu coração itabirano.*

*Lá vai o trem maior do mundo / vai serpenteando vai sumindo /  
e um dia, eu sei, não voltará.*

*Pois nem terra nem coração existem mais (Andrade, 1984).*

### *O trem que leva Minas*

*“...Lá vai o trem de Minas, fumaça pelos ares / Um “quê desritmado” no coração da gente / Acorda a realidade, a coisa é diferente / Tão triste a gente fica ao ver o chão de agora / Lá vai o trem mineiro, vai por aí afora / E vai pelo império, lotado de minério / E leva tudo pro exterior*

*As coisas do passado têm gosto de saudade / Me lembro de Itabira, quando era de verdade / [...] As matas e tesouros que eu via da janela / O trem que leva Minas mudou nossa cidade / Levou nosso poeta Carlos Drummond de Andrade / Comprou a nossa alma, usou a nossa calma / E nós batemos palmas sem saber (Baiandeira, 1996).<sup>8</sup>*

A fauna e flora das áreas sujeitas à mineração praticamente desapareceram. Como medida de recuperação, a CVRD desenvolve projetos de replantio de leguminosas e, hoje, plantas nativas, tentando recompor as condições anteriores e proteger essas áreas das intempéries. Alguns efeitos positivos já são notados, como a volta de pássaros, outros, ainda não.

As políticas ambientais da CVRD não são vistas pelos atores sociais locais de maneira clara e visando ao bem estar da população, que acreditam serem aquelas usadas como marketing ou implantadas como obrigação legal:

*“A CVRD faz isso tudo para cumprir leis. Se deixasse por conta dela, ela não faria nada, como antigamente. Antes ela não se preocupava com o problema ambiental, às vezes lá na Vila S.Coração de Jesus, nós estávamos comendo e caía poeira na comida. Nós não dizíamos nada. Hoje devido à cobrança das pessoas, ela está mudando” (representante do Sindicato Metabase).*

*“Eu não acredito que a Vale esteja pensando na questão ambiental. Ela procura fazer aquilo que é mais conveniente para*

---

<sup>8</sup> BAIANDEIRA, Newton. *O trem que leva Minas*. Itabira: Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, CD, 1996.

*ela, de acordo com a lei e, como a comunidade não está preparada para isso, ela faz obras que não tem nada com meio ambiente, como praça de esporte em troca de danos ambientais. Acho isso um crime. A Vale nunca teve a preocupação com o meio ambiente” (morador).*

O grande problema, em Itabira, não diz respeito apenas à destruição da paisagem e à degradação ambiental. Houve também destruição de relações sociais e de espaços simbólicos, levando ao sentimento de perda, como se vê nesse depoimento:

*“Hoje a prefeitura e a comunidade preocupam-se com estas questões, talvez há dez anos atrás isso não acontecesse, há maior consciência. Antes a Vale mudava o que queria... ruas de lugar, destruía bairros... de acordo com sua conveniência. Há várias comunidades que foram dizimadas pela CVRD: Conceição, Cento e Cinco, Camarinha, Vila Paciência e Sagrado Coração de Jesus. Ela indenizava os proprietários mas, os equipamentos e infra-estrutura urbanos que existiam ali, a prefeitura nunca recebeu por elas.” (morador)*

Os atores sociais, quando questionados sobre as medidas tomadas pela CVRD, prefeitura e comunidade em relação às questões ambientais, acham que hoje se tem mais consciência do problema, a comunidade tem cobrado e colaborado, tanto nos programas de educação ambiental como na coleta seletiva de lixo. Em outros casos, como a poluição sonora, há muito a se fazer. Em relação à postura da CVRD e prefeitura eles concordam que se faz muito pouco:

*“A Vale e a prefeitura tem tratado muito mal as questões ambientais. A Valnos oferece espetáculos de cultura mas, quem vai, somos nós. Para a população de modo geral, ela não oferece nada. Em relação à prefeitura acho que faz muito pouco” (jornalista).*

*“Acho que por parte da Vale está faltando muito. Seria preciso despertar, sacudir um pouco a Vale para as obrigações que ela tem nesse sentido, não apenas quanto as questões ambientais mas também, quanto às questões sociais ” (bispo emérito).*

Esses atores compreendem a política da CVRD como sendo cumprimento de leis e maneira de conseguir certificados de qualidade ambiental “ISO 14 000<sup>9</sup>” pois, de acordo com normas internacionais, empresa que não respeita o meio ambiente não merece a respeitabilidade da parte do mercado mundial, como expressa o prefeito:

*“A Vale tem preocupado-se mais com as obrigações comerciais pois, em nível de exportação, os países desenvolvidos exigem um comportamento e um trabalho ambiental grande.”*

A CVRD, em seu discurso, afirma sempre a preocupação com a qualidade ambiental e com a vida da população itabirana. Pesquisa feita por Ferreira (1995), junto à Vale, sobre os indutores do aprimoramento da gestão ambiental em Itabira, apontam a imagem da empresa com importância relativa e a pressão da sociedade civil como fundamental. Isso levaria a concluir que a estratégia da empresa, quanto ao equilíbrio meio ambiente/indústria, confere papel chave à sociedade civil, pois ela afirma ser de fundamental importância a pressão da sociedade civil sobre os demais aspectos. No entanto, uma análise mais detalhada do histórico ambiental da empresa leva a uma conclusão em outra direção.

A atuação da empresa na área ambiental pode ser vista de duas formas: a primeira objetiva adequar o processo industrial ao mínimo exigido pela legislação e, a partir daí, agir preventivamente com ênfase em tecnologias novas e menos poluidoras; outra é a do tipo “apagar incêndio”, em que se utilizam equipamentos do tipo “*end of pipe*”.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>ISO 14000 é um conjunto de normas, baseadas na norma ambiental britânica BS 7750, e tem por objetivos a avaliação da organização de uma empresa e a avaliação do produto em termos de qualidade ambiental. Focaliza, também, entre outros aspectos, o sistema de gestão ambiental da empresa, a avaliação do desempenho ambiental, a realização de auditorias ambientais, a análise do ciclo de vida do produto, a obtenção do selo verde ou rotulagem ambiental e a avaliação dos aspectos ambientais nos padrões dos produtos.

<sup>10</sup>Equipamentos do tipo “end of pipe” são aqueles adicionados ao final do processo produtivo para filtrar ou tratar os poluentes já emitidos.

## **Considerações finais**

A questão ambiental em Itabira, torna-se cada vez mais séria na medida em que, hoje, as minas aproximam-se dos bairros e os veios de minério tornam-se mais profundos. O processo de extração mineral remove maior quantidade de estéril, o que aumenta a emissão de partículas em suspensão na atmosfera, gerando efeitos cada vez mais graves para o meio ambiente e tornando o a sociedade local cada vez mais vulnerável. Nota-se que a consciência ambiental cresceu. A sociedade civil encontra-se mais organizada e o ministério Público tem atuado com firmeza, em relação à cobrança do cumprimento das leis ambientais pela mineradora, porém, a situação de vulnerabilidade ambiental, na cidade, persiste.

## **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: J. Aguiar Ed., 1967.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

BAIANDEIRA, Newton. *O trem que leva Minas*. Itabira: Fundação cultural Carlos Drummond de Andrade, CD, 1996.

BARBIERI, F. et. Al. (coord.). *Atividades antrópicas e impactos ambientais*. In: \_ PAULA, José Antônio de (coord.) *Biodiversidade, População e Economia: . uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: PADCT-CIAMB, UFMG, CEDEPLAR, ECMVS, 1997.

BRAGA, Tânia M. (coord) ; FERREIRA, Vanja A. . *Sociedade, Poder e Meio Ambiente*. In: \_ PAULA, José Antônio (coord.). *Biodiversidade, População e Economia: . uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: PADCT-CIAMB, UFMG, CEDEPLAR, ECMVS, 1997.

BRILHANTE, Magno Ogenis ; CALDAS, Luiz Querino de A.. *Gestão e Avaliação de Risco em Saúde Ambiental*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

GOVERNO DE MINAS GERAIS, Centro Regional de Saúde, Itabira, 1998.

HOGAN, Daniel Joseph ; VIEIRA, Paulo Freire (org.). *Dilemas Sociambientais e*

*Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1995.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 30 set. 1992. Companhia Vale do Rio Doce 50 anos. Encarte especial.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, n. 9, out. 1980.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, p. 2, maio 2000; p. 5, jul. 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

TORRES, Haroldo ; costa, Heloisa (org.). *População e Meio Ambiente: Debates e Desafios*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

WERNECK, Gustavo A. F.. Prevalência y factores de riesgo para asma y otras enfermedades de origen alérgico en niños escolares em la ciudad de Itabira. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências em Salud Ambiental) – escuela de Salud Pública de México. Mexico.